

Proprietários, Lavradores e Jornaleiras:
desigualdade social numa aldeia transmontana

O'NEIL, Brian J.

Lisboa, Publicações D. Quixote, 1984, 460 p.

ou

Um americano num reino maravilhoso

«Proprietários, Lavradores e Jornaleiras» é antes de mais uma recolha exemplar que decorre não apenas do partilhar da vida vivida mas também da múltipla atenção ao sem número de pequenos nadas que fazem o quotidiano dos habitantes de Fontelas, uma aldeia algures no nordeste transmontano. Não foi tanto porque Brian O'Neil se ajeitou a manejar a forquilha e a estender o estrume nos campos ou a trocar o apartamento de Nova York pelo desconfortável e húmido quarto da mercearia de Fontelas, mas sim porque foi capaz de entender no tempo o sentir das pessoas que o rodeavam que a sua obra, sem deixar de ser um texto académico (tese em Antropologia Social), se saboreia como a leitura de um relato de viagem a um reino maravilhoso.

Obedecendo a uma tradição de ouro da Antropologia Social inglesa, o trabalho de campo tinha todos os ingredientes para ser, como se depreende do texto e do encantamento do autor, uma autêntica descoberta. Mas... na bagagem do descobridor havia alguns esquemas que eventualmente o terão atrapalhado.

De facto, B. O'Neil ficara seduzido pelo comunitarismo agrário divulgado por Jorge Dias em «Rio de Onor» (1953) mas logo entendeu que uma análise fora do contexto funcionalista e culturalista poderia dar resultados interessantes. Daí o seu objectivo declarado ao estudar Fontelas:

«O meu objectivo é provar que, não obstante a sua pequena dimensão e isolamento no alto das serras, esta comunidade se encontra dominada por um sistema de marcada desigualdade social» (p. 31).

Por isso, o trabalho se desenvolve sobretudo no sentido de evidenciar aquilo que, a respeito destas sociedades, uma literatura recente designa por «máscaras da igualdade».

E este aspecto terá sido porventura o melhor contributo desta investigação.

Muito embora o autor reconheça que «a igualdade e a hierarquia podem coexistir na mesma comunidade sob formas distintas e dentro de contextos diferentes» (p. 31), o facto é que toda a obra deixa entre parêntesis a dimensão igualitária (posta em foco por Jorge Dias ao estudar a estrutura comunitária) e analisa, dentro da referida estrutura comunitária, precisamente a dimensão da desigualdade. Sendo portanto esta a vertente da investigação, o autor deixa de lado os tais «certos momentos (em) que se concretizam ideias de igualdade social», nomeadamente os que se reportam ao contexto da esfera eclesiástica para encontrar «no resto do tempo uma hierarquia económica bem nítida (que) domina a vida social (p. 31). E aqui parece-me que B. O'Neil vai tão longe quanto possível (demasiado?) ao inventariar os possíveis grupos sociais.

Mesmo socorrendo-se de documentos históricos, locais, civis e eclesiásticos, parece demasiado generoso o esforço da divisão em grupos com base (quase exclusiva) nas dimensões dos campos cultivados, para chegar às quatro categorias propostas:

- pequenos agricultores (menos de 6 hectares);
- lavradores (6 a 20 hectares);
- lavradores abastados (20 a 30 hectares);
- proprietários (mais de 30 hectares).

Estes quatro grupos sociais (a que inteligentemente o autor não ousou chamar classes sociais) constituem o cerne da tese proposta (sobre a desigualdade) e vêm detalhadamente descritos e até com suporte de estudos de caso ao longo das cinquenta e tal páginas do capítulo terceiro «Grupos sociais». Sem desprimor para os restantes capítulos, todos com interesse e ricos de pormenor, adiantemos apenas algumas observações sobre os referidos «grupos sociais».

Antes de mais quantos grupos sociais? B. O'Neil começa por avançar decididamente para três (e por aí ficou o título do livro) achando-se para tal escorado em documentação de natureza diversa.

Esses três grupos seriam os proprietários, os lavradores e os jornaleiros. Mas depois ousa acrescentar um quarto grupo que seria o dos grandes lavradores. À partida, o leitor hesita entre o grupo de três e o de quatro e a fragilidade do indicador operatório não o ajuda. Mas quando se analisa cada grupo em particular as dúvidas aumentam. Senão vejamos:

a) Pequenos agricultores — Um certo sentido de pudor leva B. O'Neil a este curioso eufemismo de chamar agricultor a jornaleiros ou descendentes de jornaleiros, também tradicionalmente designados por cabaneiros. Mas as peque-

nas leiras (a área média da exploração agrícola neste grupo seria de 2,5 ha.) significam um mínimo de subsistência em termos do que aldeões da Beira Alta chamam «mimos da terra», expressão que cobre um leque de produtos diversos entre os quais os legumes, as batatas e outras plantações de consumo diário. Esta prática é tão geral e generalizada que seria estranho alguém considerar-se agricultor só com base nesta actividade. Por outro lado mesmo que o trabalho «à jorna» tenha diminuído em Fontelas como noutros pontos do norte e centro do país, jornaleiro parece ser ainda o termo objectivamente mais correcto na medida em que tem ainda um suporte social, origina estereótipos próprios e fomenta atitudes específicas. A afirmação em que B. O'Neil é considerado como «o primeiro Senhor Doutor a vir a Fontelas e a falar tanto com os ricos como com os pobres» (p. 32-33) tem por suporte a oposição entre os lavradores e os pobres (jornaleiros) e não propriamente a complexa hierarquia social proposta. Ao analisar os registos paroquiais dos livros de casamento (p. 296-299), B. O'Neil constatou que a profissão dos noivos ao longo de mais de 100 anos, relativamente às pessoas que vivem da terra, joga sistematicamente na mesma oposição; eles são ou jornaleiros ou lavradores, como as noivas eram há cem anos lavradoras ou jornaleiras (eventualmente cabaneiras), antes de se generalizar a designação de «domésticas». Não me parece que o jornaleiro, em Fontelas como noutro sítio, se assumia como agricultor, que pense como agricultor; ele não é agricultor, nem sequer em ponto pequeno.

b) Quanto aos simplesmente lavradores, lavradores abastados e proprietários, parece ser de limitar a discussão à clivagem (se existir) entre lavradores e proprietários, já que o ser mais abastado ou menos abastado me parece muito pouco para fundamentar um grupo social.

Antes de mais começemos pelo que é óbvio: os lavradores lavram a terra. B. O'Neil define correctamente os que são tecnicamente lavradores — eles possuem uma junta de vacas e com elas podem lavar automaticamente a terra. Nisso eles se distinguem dos «pobres» que precisam dos favores dos outros. Que a terra seja deles ou dos outros, já é irrelevante para a definição em causa. Apresenta-se frágil a distinção entre lavradores e lavradores abastados: estes cultivam terra própria; os outros juntam às suas parcelas, parcelas de proprietários. Mas não se vislumbra uma distinção nem no género de vida, nem nas «artes de subsistência», nem no código de valores que permita categorizar socialmente estes dois grupos. Se em Fontelas for possível definir estes dois grupos (para além das dimensões das leiras que cultivam) como categorias psico-sociológicas distintas, isso aparecerá como uma excepção no nosso meio rural. Há sem dúvida desigualdades entre os lavradores, como há sinais exteriores de prestígio. B. O'Neil aponta o ter criados para os agricultores abastados e o ter gado miúdo (ovelhas) para os não abastados. Outros sinais são igualmente frequentes: o número de medas de palha (onde predomina o cultivo do milho), o número de cabeças de gado, o tamanho físico da casa, etc. Mas estes ou outros sinais parecem elementos demasiado frágeis para fundamentar uma categoria social.

Quando se passa ao grupo social dos proprietários, verifica-se que na maioria dos casos o proprietário não é mais que um lavrador rico que entrega parte das suas terras a cultivar, sendo raríssimos os casos dos proprietários que não sejam simultaneamente lavradores. A imagem do proprietário, absentista ou não, vivendo exclusivamente da renda de seus campos, é extremamente rara no contexto rural do norte e centro do país.

O objectivo de B. O'Neil de pôr em destaque a desigualdade social ficou em absoluto demonstrado. Isso não anula, antes complementa, o valor de trabalhos anteriores sobre o comunitarismo que puseram a tónica no contexto ainda que formal da igualdade. Se os aldeões de Fontelas podem dizer a B. O'Neil «aqui todos somos diferentes», também os de Rio de Onor puderam dizer com o mesma verdade a Jorge Dias «aqui todos somos iguais». E assim como hoje os rionorenses dizem deles o que Jorge Dias escreveu há 30 anos, nada impede que os fontelenses venham a elaborar o seu discurso com base nas conversas tidas com B. O'Neil. Isso só mostra que o trabalho do antropólogo nunca é inocente, nem sequer para a comunidade que estuda. Poder-se-á até verificar que no pano de fundo da desigualdade social se torne mais evidente a estruturação comunitária. Chame-se-lhe «máscara social» ou «engano comunitário», essa dimensão é um componente integrante da realidade social descrita em «Proprietários, Lavradores e Jornaleiras».

M. L. Rodrigues de Areia